



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2596 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 02 - História da Educação

UNIVERSIDADE E MODELOS DE ORGANIZAÇÃO QUE INFLUEM NA SUA DEFINIÇÃO ATUAL

Gislaine Marli da Rosa Kalinowski - UFF - Universidade Federal Fluminense

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

O presente trabalho tem como intuito apresentar um quadro da formação da Universidade. Em um primeiro momento estabelece a perspectiva de histórica sob o qual se alicerça. Em seguida delimita modelos significativos, principalmente na perspectiva da constituição da universidade no país. São os modelos francês ou napoleônico, alemão ou humboldtiano e anglo-saxão (especialmente como se apresenta nos Estados Unidos da América) que fornecem as balizas para nossas próprias instituições. Para a condução do fio histórico utilizou-se principalmente como referencial Burke (2003), sem deixar de apontar também alguns referenciais que contrapõe este autor em alguns pontos. Há no país universidades formadas tanto sob a influência do modelo napoleônico, como do modelo humboldtiano. Este último modelo influencia a legislação que define no país os parâmetros do que é universidade. Há ainda nesse contexto a presença de elementos do modelo anglo-saxão. Desde o início do século XXI o país vê o nascimento de outros modelos de organização de universidades. São esses elementos que contribuem para dar formato as nossas universidades que o presente trabalho busca destacar.

PALVRAS-CHAVE: Educação Superior. Universidade. História da Universidade.

Ao buscar o entendimento de alguns significados possíveis para Universidade é importante que se retome a origem da instituição, explicita qual sua constituição histórica, a fim de que se possa mais claramente se entender a sua manifestação na atualidade. Concorro com Franklin Leopoldo e Silva que afirma: “Quando nos voltamos para a história da universidade, para o seu passado, o objetivo é sempre a compreensão do presente” (LEOPOLDO e SILVA, 2006, p. 192). Lançar o olhar para como foi forjada a instituição, suas continuidades e descontinuidades, é essencial para que se possa compreender como ela existe hoje.

A história é muito mais constituída por continuidades e descontinuidades do que por rupturas abruptas (LEFEBVRE, 2001). Ainda que processos revolucionários contribuam significativamente para mudanças, tais processos são apenas parte de acontecimentos de longa duração e qualquer mudança que evoquem só se consolidam com o tempo. Essa perspectiva processual da história é que se aplica para o presente texto, bem como o entendimento de que a universidade é produto de um processo histórico. Cabe reforçar que esses processos não são ascendentes ou lineares, carregam fortemente a marca da contradição.

A universidade surge em meio à crise do modo de produção feudal, com o processo de urbanização que faria surgir a cidade capitalista (CASTRO, 2014). Nasceu em meio ao transcurso que desembocou na substituição do feudalismo pelo capitalismo. Muito mais que em um momento específico, mas através de muitas continuidades e descontinuidades que terminaram por efetivar a mudança no meio de produção.

Durante a idade média o saber letrado ficou praticamente restrito aos mosteiros. Fazer parte de determinadas ordens religiosas, sobretudo dominicanos, era uma forma de acessar esse saber. A universidade, então, nasce em meio à igreja, de forma que no referido período a maior parte dos professores e alunos pertenciam ao clero. Quando do início da instituição frequentemente os alunos não se fixavam em uma universidade específica, passando de uma a outra, formando um grupo internacional, distinto da população local das cidades (BURKE, 2003).

Sendo a sociedade ordenada através sobretudo da Igreja e o saber letrado relativamente restrito, não é estranho que uma instituição ligada a esse fim nasça em meio ao clero. Era a Igreja que possuía as condições para sustentar uma organização do tipo que é a universidade, bem como era ela própria quem detinha o poder sobre a criação de universidades, tanto quanto sobre boa parte da organização social.

Nascida em uma sociedade tripartida a universidade reproduziu essa tríplice divisão: Havia um currículo inicial voltado as sete artes liberais (o *trivium*: gramática, lógica e retórica e o *quadrivium*: aritmética, astronomia, geometria e música) e tornava bacharel quem o concluía. Após essa primeira etapa o estudante poderia seguir por uma de três faculdades: teologia, direito ou medicina. Havia uma hierarquia entre elas, sendo a de teologia a mais prestigiada, seguida por direito e medicina. (BURKE, 2003).

Já Aníbal Ponce (2015) destaca que a universidade constituiu a primeira instituição francamente liberal. Era através dela que a burguesia se habilitava a receber privilégios até então restritos à nobreza. Outra característica da universidade nesse período foi se apresentar como um dos primeiros espaços onde o poder eclesiástico não era absoluto. Em 1158, por exemplo, os estudantes da Universidade de Bolonha haviam conseguido permissão para instaurar um tribunal de justiça próprio. Não obstante o reitor da mesma instituição “deveria ser um eclesiástico erudito, solteiro e usar batina” (PONCE, 2015, p. 122).

Não há um consenso em relação à maneira como a Universidade se relacionava com o conhecimento em sua gênese: Peter Burke (2003) afirma que se encorajava conhecer e escrever sobre as obras clássicas, não as contestar. Já Leopoldo e Silva (2006) lembra que a Universidade ainda que em meio ao mundo eclesiástico sempre viveu sob tensão com outras instituições da Igreja, constituindo um espaço para construção de novas formas de perceber o mundo. Ponce (2015) sustenta que a universidade era nominalmente eclesiástica, mas leiga de espírito, o que aponta para uma mudança no modo de se encarar o conhecimento. É possível, então, afirmar que, quer como um espaço onde se adquire um dado conhecimento incontestado ou como um espaço aberto a possíveis divergências em relação ao conhecimento, a universidade surge como um papel organizador de um dado saber letrado. Torna-se a instituição responsável pela Educação Superior e passa a se relacionar com a sociedade a partir dessa função.

É preciso esclarecer que, até o período conhecido como Revolução Científica, que se estende do século XVI ao XVIII, não há espaço na universidade para aquilo que conhecemos como Ciência Moderna, bem como seus métodos, porque não existia ainda tal concepção. O conhecimento tinha um outro caráter, mais geral. Burke (2003) afirma que não é possível tratar de ‘disciplinas’ no plural durante o período da idade média porque sequer era essa a concepção de conhecimento. Posteriormente é que se percebeu a necessidade de segmentação. Somente a partir do final do século XVIII e durante o século XIX é que as disciplinas científicas passaram a ter importância na Universidade.

Até pelo menos meados do século XV a universidade possuía um modelo e um currículo tão uniformes que era possível transitar entre Coimbra e Cracóvia sem grandes problemas (BURKE, 2003). Contudo, mais tarde, junto com a Revolução Científica e o Renascimento, pouco a pouco a universidade estabeleceu modelos distintos. Ainda que se possa perceber atualmente um número bem mais significativo de modelos de organização universitária é possível definir dois como principais, que caracterizam a universidade clássica: o francês ou napoleônico e o alemão ou humboldtiano. O modelo anglo-saxão, principalmente como se apresenta nos Estados Unidos da América também precisa ser mencionado.

Os modelos napoleônico e humboldtiano guardam uma importante característica em comum: se importam com um caráter nacionalista para a universidade. Em ambos há preocupação em relação a constituição e preservação de valores e interesses nacionais, ainda que cada um possua uma estrutura bastante distinto do outro.

O modelo francês ou napoleônico surgiu após a Revolução Francesa (1789-1799). Durante o processo revolucionário a universidade foi vista como uma instituição ligada ao Antigo Regime (PAULA, 2002). Com essa visão os revolucionários acabavam por ver com desconfiança a universidade. A ascensão de Napoleão ao poder visava não só estabilizar o país após o período revolucionário como também constituir e fortalecer um império. Como parte dessa estratégia, Napoleão promoveu uma reforma substancial na Educação Superior do seu país.

A universidade deixou então de existir na França, uma vez que foi abolida, em seu lugar surgiu um sistema de escolas superiores. A Educação Superior era ligada ideologicamente ao Estado e não visava a pesquisa, seu objetivo era a formação de quadros qualificados para atuar na máquina estatal.

Foi somente no final do século XIX, durante a Terceira República, que as escolas isoladas passaram a se reagrupar e posteriormente constituir universidades. Contudo, a dissociação entre o ensino e a pesquisa prosseguiu como base, separando as universidades, espaços de ensino e as ‘grandes escolas’, centros de pesquisa e de formação de uma elite intelectual (PAULA, 2002).

O modelo francês legou à universidade o papel de ensino, voltada para a formação sobretudo de profissionais para o Estado. A universidade é pública, ligada ao Estado e subordinada aos interesses desse. Funciona como uma federação de unidades independentes que, por sua reunião, recebe o nome de universidade. Já a pesquisa se dá em outras instituições, especialmente voltadas para esse fim.

Outro modelo de universidade clássico é o alemão ou humboldtiano. Wilhelm von Humboldt foi um importante intelectual alemão, nascido em 1769 e falecido em 1835, foi um dos principais responsáveis pela criação da Universidade de Berlim. O texto inacabado *Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Superiores em Berlim* foi escrito pelo autor em 1810, mas a primeira publicação só ocorreu em 1899. As sugestões e apontamentos presentes na obra permanecem relevantes (ROCHA, 2003).

As considerações de Humboldt preconizam uma universidade em que ensino e pesquisa sejam indissociáveis. O elemento agregador de toda a constituição da instituição universitária deve ser a ciência. Para o autor, alunos e professores se relacionam através dela: “[...] o relacionamento entre professores e alunos adquire uma feição completamente nova, pois, neste ambiente, ambos existem em função da ciência”[...] (HUMBOLDT, 2003, p. 81).

Outro ponto importante é a defesa da autonomia universitária, também justificada pela constituição da Universidade por meio da ciência. Humboldt acredita que a ciência é ‘neutra’ e para se desenvolver adequadamente não pode ficar subordinada aos interesses do Estado.

Para que a universidade consiga se organizar por meio da ciência e esta se desenvolva é preciso que o Estado respeite a lógica da própria ciência. Para Humboldt (2003) essa é uma questão que vai desde a compreensão de que o trabalho científico não cessa, está sempre em constante aperfeiçoamento, como também que a ciência possui grande número de métodos e todos devem ser acolhidos na universidade.

Ainda que advogue constantemente sobre a necessidade de autonomia em relação aos interesses do Estado, o autor acima citado compreende que a manutenção de uma instituição como se pretende a universidade se mantém através do Estado e que, portanto, este não pode abrir mão de um certo controle sobre a instituição. Por essa razão, mantendo clara a necessidade de que se tenha total liberdade para ensino e pesquisa, é dada, na perspectiva do autor, ao Estado a prerrogativa sobre a contratação dos professores. Além dessa atribuição mais direta Humboldt também exorta ao Estado em participar da manutenção de um ambiente que mantenha ‘livre’ a produção do conhecimento, justamente por que constituindo-se livremente pode servir de força motriz do desenvolvimento da nação.

Outro aspecto importante é que a concepção alemã diferencia a universidade dos níveis de ensino anteriores: “O Estado não pode tratar suas universidades como se fossem escolas de primeiro e segundo grau ou de ensino profissionalizante” (HUMBOLDT, 2003, p. 88). Para o autor, a função e o funcionamento das instituições superiores são absolutamente distintas, principalmente porque nos níveis mais elementares de ensino o que está posto é a ‘transmissão de conhecimento’ e a Educação Superior, por este modelo, se dá por meio da ‘construção do conhecimento’, através do próprio fazer científico.

Em síntese o modelo humboldtiano assume a universidade como uma instituição que goza de autonomia relativa na produção do conhecimento, em relação estreita com os interesses do Estado, tendo a ciência como força unificadora de que o Estado necessita para legitimar o projeto de nacionalidade. A formação, demarcada por uma concepção idealista liberal e acadêmica, põe a pesquisa científica no centro das relações universitárias, enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação geral, humanista e científica, com foco na totalidade e universalidade do saber. Esta seria uma forma de fazer a ciência “pura” que tem como princípio a busca infinita da verdade e do conhecimento (SILVEIRA, 2011, p. 226).

Zuleide Simas da Silveira, citada no parágrafo acima, dá de forma sintética uma boa definição do modelo humboldtiano. A autora mais adiante em seu texto enfatiza ainda que este modelo prevê a coexistência de outras instituições, principalmente privadas, dedicadas a produção do conhecimento. (SILVEIRA, 2011). Tanto o modelo napoleônico como o humboldtiano tiveram influência na constituição das universidades brasileiras. Silveira também aponta que quando de seus surgimentos na Universidade de São Paulo (USP) percebe-se uma maior influência do modelo alemão, já a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) inicia sob os marcos do modelo napoleônico.

Para além das influências exercidas quando da fundação das universidades do país, podemos perceber, por exemplo, a inspiração do modelo alemão na legislação que define ‘universidade’. Mas essa ascendência não se manifesta em todas as Instituições de Ensino Superior (IES), uma vez que só aquelas com status de universidade preservam tanto a indissociabilidade entre ensino e pesquisa como também a autonomia. Nota-se, então, que temos parte da Educação Superior do país hoje, mais voltada ao modelo alemão, a universidade e parte sob uma perspectiva mais próxima ao modelo francês, as demais IES. É preciso salientar que o modelo alemão serve como ‘inspiração’, ou ‘influência’ a legislação, mas não se apresenta de forma uniforme e inequívoca em todas as universidades.

Outro modelo que se apresenta como influência à constituição de nossa Educação Superior é o norte-americano, que não desponta como uma unidade típica. Tem um padrão que o configura como universidade de massas. Abriga uma grande gama de submodelos. As chamadas *Research Universities* despontam entre as mais respeitáveis (SGUISSARDI, 2009). O modelo proporciona um grau maior de acesso à Educação Superior por parte da população, ainda que estratificado em instituições muito variadas em que só uma pequena parte dos estudantes chega às instituições ‘de ponta’.

O modelo estadunidense é o primeiro que passa a compreender a universidade como uma instituição formadora de um número maior de pessoas, deixando de ser exclusivamente destinada as elites. Sem deixar de formar para as profissões já tradicionalmente ligadas a ela, como direito e medicina, passa a ser responsável pelo “treinamento de jovens para a agricultura e as denominadas artes mecânicas” (SILVEIRA, 2011, p. 230). Assim, dentro de um quadro amplo de Educação Superior aparecem desde instituições francamente ligadas ao modelo humboldtiano, até outras com diferentes tipos de organização.

No Brasil o Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (REUNI) e a criação de novas universidades federais trouxeram a experiência de universidades com modelos inéditos no país. Os dois exemplos emblemáticos são a Universidade Federal do ABC (UFABC), já criada sob um modelo distinto e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que em meio às políticas que propiciaram a expansão das universidades se propôs a adotar um novo modelo e passou a ser chamada de Universidade Nova. Uma das inovações inscreveu-se na arquitetura acadêmica como os bacharelados interdisciplinares. Naomar de Almeida Filho (2008), reitor da UFBA quando da implantação da

Universidade Nova, explica como a inédita maneira de organizar a formação pode indicar uma reinvenção da universidade, para que esta se ajuste às necessidades da sociedade.

No entanto é preciso qualificar essa 'atualização' e esse 'ajuste as necessidades da sociedade'. Uma questão pertinente é a qual fração da sociedade que essa nova arquitetura acadêmica responde? Silveira (2011) analisa o projeto da Universidade Nova colocando-o dentro do contexto de medidas que buscam adequação ao mundo globalizado, alinhado a políticas imperialistas. Cabe assinalar que ao ser implantada na UFBA a Universidade Nova se propunha a servir de baliza para todas as demais instituições. Graças ao entendimento de autonomia universitária, a presença de disputas de diferentes interesses dentro das universidades federais essa não acabou se impondo e até o presente ela não consta como modelo majoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pouco mais de 900 anos de história a instituição foi criando uma gama de modelos gerais. Ainda que seja possível falar que cada instituição ao se constituir acaba por criar uma forma única, particular, é possível observar modelos que as influenciam.

No presente momento a Educação Superior sofre ataques, seja com o sucateamento generalizados das instituições públicas, que incluem também desrespeito a autonomia universitária, seja nas instituições privadas, quando a recente reforma trabalhista tornou ainda mais precário o trabalho nestas. Ter a compreensão clara do processo histórico que originou as universidades fornece ajuda nesse momento em que em todas as frentes é preciso resistir e defender a Educação Superior.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento* – I: De Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Cloves Alexandre. O Processo de Urbanização e o Surgimento das Primeiras Universidades. *Geografia Ensino e Pesquisa*. v. 18, n.1 jan./abr. 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5902/223649949067>>. Acesso em 23 dez. 2017.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas de Berlim. In: CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, Wilhelm von. *Um Mundo sem Universidades?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Universidade: a Ideia e a História. *Estudos Avançados* v.20 n.56 São Paulo Jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100013>> Acesso em 20 dez. 2017.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social Rev. Sociol.*, v. 14, n. 2, p. 147-161, São Paulo, out. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12387>>. Acesso em 17 jan. 2018.

PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. São Paulo: Cortez, 2015.

ROCHA, João Cezar de Castro. Resposta à Pergunta: Que é Universidade. In: CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, Wilhelm von. *Um Mundo sem Universidades?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade Brasileira no Século XXI: Desafios do Presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Concepções de Educação Tecnológica na Reforma da Educação Superior: Finalidade, continuidades e rupturas (1995 -2010) – Estudo Comparado Brasil e Portugal. Niterói, 2011. 429 f. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.